



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

ESTUDOS PRELIMINARES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do processo: 60585.001860/2022-82

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como justificativa para a eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o atendimento das necessidades dos refeitórios localizados no subsolo e 6º andar do Ministério da Defesa, de acordo com a Instrução Normativa SEORI/SG-MD, de 30 de setembro de 2021 que prevê a confecção de alimentação para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de 12 (doze) meses.

2.1.1. Mormente a aquisição de todo o volume ficou sob a responsabilidade da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, devido ao refeitório que atende o Gabinete do Ministro, localizado no 6º andar, não ser contemplado pela terceirização, ocorrida desde 01/09/2019, tal qual os refeitórios do subsolo.

2.2. No caso concreto a Administração necessita adquirir 17.000 Kg de GLP quantidade muito superior a capacidade de armazenamento existente, implicando no fracionamento dos pedidos de ressuprimento. Diante disso, optou se por realizar o registro de preço.

2.3. A utilização de Sistema de Registro de Preços se fundamenta nos incisos II, do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, a saber:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

.....

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.*

2.4. Parcelamento: O Gás Liquefeito de Petróleo deverá ser fornecido de forma **parcelada**, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

**3. ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Área Requisitante: Seção de Gestão Alimentar (SEGAL)

3.2. Responsável: ONIVALDO DE FATIMA ROCHA

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para o Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

4.1.1. Os requisitos indispensáveis para atendimento da demanda, estão dispostos na própria especificação técnica do item, incluindo padrões mínimos de qualidade para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - a granel, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m³, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460)

4.2. Visando a efetiva aplicação de práticas, critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem os critérios de sustentabilidade ambiental:

4.2.1. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.2.2. A Instrução Normativa nº 13/IBAMA, de 23 de agosto de 2021 em atenção ao Anexo I e suas alterações, a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 (CTF/AIDA), da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente) em especial o Licenciamento Ambiental previsto no art. 10, da Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança de Clima), da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 12.349/2010 (Altera o art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e demais Atos Normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, etc. e normas da ANVISA, do INMETRO, do IBAMA, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e outros Órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade) previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 5ª Edição, revista atualizada, ampliada – agosto/2022, em conformidade com a especificidade singular do objeto.

4.2.3. Para o item abaixo relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e suas alterações, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

Item	Descrição	Justificativa

01	Comércio de combustíveis e derivados de petróleo; e Transporte de cargas perigosas	A descrição compreende que é obrigada à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, declarando a atividade cód. 18, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 37.
----	--	---

4.3. Na hipótese do licitante não for o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, este deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.

4.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob penas da Lei.

##### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:**

###### **A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E**

5.A.1. Inicialmente é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista o prosseguimento na continuidade nas readequações dos ambientes vislumbradas por esse Ministério.

5.A.2. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta Equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs em anos anteriores

5.A.3. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 17 de outubro de 2022, às 10h44min no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a aquisição dos materiais, através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Período Pesquisado - 17/10/2021 até 17/10/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120625 - GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	Pregão 00082/2022	14/10/2022 14/10/2023
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160126 - 11.BATALHAO DE INFANTARIA DE MONTANHA	Pregão 00016/2022	28/09/2022 28/09/2023
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120625 - GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	Pregão 00080/2022	10/10/2022 10/10/2023
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160234 - 5 REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE	Pregão 00008/2022	22/09/2022 22/03/2023
52131 - COMANDO DA MARINHA	788820 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	Pregão 00017/2022	02/09/2022 02/09/2023
52131 - COMANDO DA MARINHA	720305 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RJ	Pregão 00009/2022	24/08/2022 24/08/2023

5.A.4. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

###### **B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.**

5.B.1. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.B.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

##### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

6.1. Para este objeto, a solução abrange o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, através da realização de um pregão eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência - Modelo para compras

- Pregão Eletrônico, Atualização: **julho/2021**, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantagem e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas ao item, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para manutenção de materiais da mesma natureza destes, hora propostos à licitação.

### 6.3\_Qualificação Técnica:

6.3.1. As exigências de **Habilitação Jurídica** e de **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

6.3.2. Os critérios de **Qualificação Econômico-Financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

6.4. Os critérios de **Qualificação Técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.4.2.1. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário, Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel	KG	5.100

6.4.2.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

6.6. O critério de julgamento da proposta é por maior desconto do item sobre a tabela da Agência Nacional do Petróleo (ANP);

6.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital;

6.8. Não há necessidade de instalação de quaisquer equipamentos por parte da contratada para armazenamento do gás a granel.

### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

7.1. Em observância ao disposto no Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida, a partir de fatos concretos, série histórica do consumo, sendo ainda observada a ocorrência da pandemia do COVID, que impactou no quantitativo demandado.

7.2. O planejamento da aquisição levou em consideração o histórico de consumo do período de maio de 2020 a abril de 2021, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses;

7.3. Quadro demonstrativo de consumo e previsão de aquisição:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID. FORN.	CONSUMO MAIO 2020/ 2021											
			MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
1	Gás Liquefeito De Petróleo – GLP - A Granel, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m3, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460.	Kg	3.013,60				2.499,30			3.578,10				2.932,60
HISTÓRICO DE CONSUMO EM 2020/2021			QUANTIDADE LICITADA EM 2020/2021			QUANTIDADE PREVISTA PARA 2021/2022				QUANTIDADE PREVISTA PARA 2022/2023				
12.023,60			17.000			14.000				17.000				

(\*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído da Tabela ANP (6016469).

7.4. Está sendo proposto um aumento de 16,5% em relação ao histórico de consumo de maio de 2020 a abril de 2021, considerando o estado de calamidade pública por ocasião da pandemia do COVID-19, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de doze meses.

### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da aquisição, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Und.	Cotação Mínima	Quantidade Total	Valor Unitário (VALOR DE REFERÊNCIA)	Percentual de desconto mínimo a ser ofertado sobre a tabela da ANP
1	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	461651	Kg	5.100	17.000	R\$ 7,80	0,01%
<b>VALOR TOTAL R\$</b>							<b>R\$ 132.600,00</b>

(\*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído da Tabela ANP (6016469).

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40/2020, são aquelas elaboradas através da Tabela ANP (6016469), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que a divulgação dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

## **9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL**

9.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A despeito disso, o decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes: “Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.”

9.3. Desse modo foram consultados os diversos documentos que fizeram parte daquele processo a fim de chegar a modelagem adequada para o certame. Assim, conclui-se que não haverá a previsão da cota reservada para ME/EPP, tendo em vista que na Pesquisa de Preço, conforme Mapa Comparativo não foi encontrada empresa ME/EPP, corroborando com as informações mencionadas o art. 49, II e III, da LC nº 123/06, ampara esta decisão.

9.4. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.5. Com base no inciso II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;" grifo nosso.*

9.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) na presente aquisição se justifica pela necessidade de parcelas em função da limitação de central de GLP que atende aos refeitórios do MD e possui capacidade máxima de armazenamento de 4.000 Kg de GLP.

9.7. Opção de aquisição: Maior desconto sobre a tabela da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD

10.2. Como contratação correlata há o processo 60585.001001/2021-11, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2021.

10.3. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, o aperfeiçoamento e o êxito das contratações futuras.

## **11. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO**

11.1. De acordo com o art. 16 do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. O material a ser adquirido consta no DFD nº 336, junto ao SIASG do PCA 2022, no valor total estimado de R\$ **R\$ 196.200,00** (cento e noventa e seis mil e duzentos reais).

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

12.1. Os ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação consiste em suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

12.2. A Instrução Normativa nº 13/IBAMA, de 23 de agosto de 2021 em atenção ao Anexo I e suas alterações, a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 (CTF/AIDA), da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente) em especial o Licenciamento Ambiental previsto no art. 10, da Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança de Clima), da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 12.349/2010 (Altera o art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e demais Atos Normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, etc. e normas da ANVISA, do

INMETRO, do IBAMA, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e outros Órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade) previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 5ª Edição, revista atualizada, ampliada – agosto/2022, em conformidade com a especificidade singular do objeto.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO**

13.1. Não serão necessárias providências para a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comum.

**14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais negativos e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no item 4 deste instrumento.

14.2. No subitem 4.2.2. deste instrumento, a Instrução Normativa nº 13/IBAMA, de 23 de agosto de 2021 em atenção ao Anexo I e suas alterações, a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 (CTF/AIDA), da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente) em especial o Licenciamento Ambiental previsto no art. 10, da Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança de Clima), da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 12.349/2010 (Altera o art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e demais Atos Normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, etc. e normas da ANVISA, do INMETRO, do IBAMA, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e outros Órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade) previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 5ª Edição, revista atualizada, ampliada – agosto/2022, em conformidade com a especificidade singular do objeto.

**15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD Nº 5538, de 08 de novembro de 2022 (5832476), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 45, de 11 de novembro de 2022, (5812420) foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: 2º SGT R/1 (EB) **MARTIM DA ROCHA RODRIGUES**, CPF: \*\*\*.443.652-\*\*, lotado na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL);

II - na condição de integrante administrativo: servidora **ANA PAULA COSTA DE ARAUJO**, \*\*\*.537.411-\*\*, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ); e

III - na condição de integrante técnico: 3º SG **JULIANA CARLOS DA SILVA**, CPF: \*\*\*.371.347-\*\*, lotada na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL).

**16. RESPONSÁVEIS**

**MARTIM DA ROCHA RODRIGUES - 2º SGT R/1 (EB)**  
Especialista (SEGAL)

**ANA PAULA COSTA DE ARAUJO - SC**  
Assistente Técnico da ASPLAQ

**JULIANA CARLOS DA SILVA - 3º SG**  
Especialista (SEGAL)

**Aprovo**, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

**ODILON MAZZINI JUNIOR**  
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1. RISCOS DA AQUISIÇÃO:

- 1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:
- 1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).
- 1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).
- 1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.
- 1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.
- 1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.
- 1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.
- 1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.
- 1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Projeto Básico é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2. POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	



FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	

1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e Coordenação de Licitação (COLIC).



FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
Probabilidade:	( <input type="checkbox"/> ) Baixa	( <input type="checkbox"/> ) Média	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
Impacto:	( <input type="checkbox"/> ) Baixo	( <input type="checkbox"/> ) Média	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.		Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022.		Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.		Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
2	Exigir atestado de capacidade técnica.		Coordenação de Licitação (COLIC).

Analísado:



ANA PAULA COSTA DE ARAUJO - SC  
Integrante Administrativo





Documento assinado eletronicamente por **Juliana Carlos da Silva, Especialista**, em 20/01/2023, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.




Documento assinado eletronicamente por **Martim da Rocha Rodrigues, Especialista**, em 20/01/2023, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor(a)**, em 20/01/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Costa de Araújo, Assistente Técnico(a)**, em 20/01/2023, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6017047** e o código CRC **EA1CBBB4**.